

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS

CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA

Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 3416-5620 | www.uft.edu.br | geoarag@uft.edu.br
Reitoria *Pró-Tempore* – Transição UFT-UFNT



ALISON AYRES BATISTA

**O AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO:
A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS
E CULTURAIS.**

ARAGUAÍNA – TO

2022

ALISON AYRES BATISTA

**O AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO:
A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS
E CULTURAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Araguaína, junto ao curso de Licenciatura Plena em Geografia como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alberto P. Lopes

ARAGUAÍNA-TO

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

A985a Ayres Batista, Alison .

O AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO: A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS E CULTURAIS . / Alison Ayres Batista. – Araguaína, TO, 2022.

61 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Geografia, 2022.

Orientador: Alberto Pereira Lopes

1. A modernização da agricultura . 2. A territorialização do Capital no município de Araguaína. 3. Os programas do cerrado para agricultura. 4. Os impactos ambientais. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ALISON AYRES BATISTA

**O AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO:
A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS
E CULTURAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Araguaína, junto ao curso de Licenciatura Plena em Geografia como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes

Aprovado em, 08/02/2022

BANCA EXAMINADORA

Alberto Pereira Lopes

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes

(Orientador)

Delismar Palmeira Costa

Prof. Msc. Delismar Palmeira Costa

AGRADECIMENTOS

Dedico não só esse trabalho, mas toda minha trajetória acadêmica primeiramente a Deus, pois sem ele eu não teria conseguido chegar até aqui, cheio de saúde, paz e com muita experiência, que apesar dos meus altos e baixos ao longo da minha trajetória sempre esteve comigo e com minha família.

Agradeço a universidade federal do Tocantins (UFT) por me proporcionar uma trajetória única que vai ser lembrada e perpetuada ao longo da minha vida, uma experiência que apesar de está no final me ensinou coisas que jamais serão esquecidas, como, por exemplo, dar voz as pessoas que muita das vezes são discriminadas e que têm medo de se expor, como também agradeço aos professores altamente qualificados que me ensinou que a geografia não é apenas aquilo que está escrito em livros é também experiências de mudo, dia a dia, conhecimentos empíricos dentre várias outras coisas e também a cada colega de turma que me ensinou um pouco de cada coisa que sei hoje, cada um com suas especificidades.

Ao meu professor, orientador e hoje meu amigo, que ao longo dessa vida acadêmica me mostrou que o aluno não é só aquele vai à universidade senta na sua carteira e vai embora quando der o horário, mostrou que temos que abrir a mente para coisas novas e que temos que respeitar cada um do jeito que a pessoa é, independente da sua cor, orientação sexual, religião, e que temos que ter comprometimento em tudo o que fazemos e respeitar a todos independentemente do que o faça. Obrigado pela paciência e o comprometimento que teve comigo nessa trajetória, me mostrando o mundo dentro e fora da universidade como ele é de verdade.

A minha família, em especial, que apesar de todas as adversidades nunca me deixou desistir dos meus sonhos, sempre me apoiando e dando forças quando eu estava desmotivado e muitas das vezes me dando uns puxões de orelha principalmente quando saí do ensino médio e falei que queria passar um bom tempo sem estudar, obrigado Pai, Mãe, meus irmãos: Rennan, Letícia e Melissa e agora meus dois sobrinhos que chegaram para alegrar a família e por me proporcionar ser o homem que sou hoje. Obrigado papai do céu por ter eles ao meu lado.

É das contradições desse direito, que serve as duas formas de propriedade privada – a familiar e a capitalista – que nascem de interpretações distintas sobre a terra camponesa e a terra capitalista, terra de trabalho e terra de negócio. Essa contradição está no fato de que o mesmo o código garante direitos conflitantes na nossa situação – o do “pequeno” e o do “grande”; o do camponês e o do capitalista.

(José de Souza Martins, 1981).

RESUMO

O avanço do agronegócio, no Brasil, representa a transformação da terra, da natureza e da força de trabalho em mercadorias para atender aos mercados globalizados. A classe social camponesa, cujo modo de vida aqui entendido se baseia basicamente na relação Terra, Trabalho e Família, e será possível vermos como eles vem sofrendo um processo de coerção territorial pelo agronegócio, pois esse modelo hegemônico conservador almeja alcançar a reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, o objetivo central desse trabalho é analisar a territorialização do capital decorrente do avanço do agronegócio, os benefícios e as interferências na agricultura e pecuária, que giram em torno de Araguaína. E nesse cenário, a espacialização de fazendas possibilitou a abertura de novos mercados exógenos; instaurou um “mercado de terras” aquecido na região, elevando-o seu preço; promoveu uma grande mão de obra trabalhista, contudo, ainda podemos afirmar que existe nesse meio uma grilagem e uma concentração fundiária nas mãos de um percentual de grandes fazendeiros, impactando sob as pequenas propriedades, e como resultado - a expropriação/subjugação/pressão do camponês.

Palavras chaves: Araguaína. Agronegócio. Territorialização do capital. Grilagem. Camponês.

ABSTRACT

The advance of agribusiness in Brazil represents the transformation of land, nature and the workforce into goods to meet globalized markets. The peasant social class, whose way of life understood here is basically based on the relationship between Land, Work and Family, and it will be possible to see how they have been suffering a process of territorial coercion by agribusiness, because this conservative hegemonic model aims to achieve the expanded reproduction of capital. In this sense, the central objective of this work is to analyze the territorialization of capital resulting from the advance of agribusiness, the benefits and interferences in agriculture and livestock, which revolve around Araguaína. And in this scenario, the spatialization of farms allowed the opening of new exogenous markets; established a heated "land market" in the region, raising its price; promoted a large labor force, however, we can still affirm that there is in this environment a land grabbing and concentration in the hands of a percentage of large farmers, impacting under the small properties, and as a result - the expropriation/subjugation/pressure of the peasant.

Key words: Araguaina. Agribusiness. Territorialization of capital. Cricket. Peasant.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O município de Araguaína	10
Figura 2 - Agricultura e a Pecuária, o Agronegócio	17
Figura 3 - Utilização da Agricultura de Precisão	20
Figura 4 - O cerrado.....	25
Figura 5 - Migrantes do Piauí para o antigo Estado do Goiás	30
Figura 6 – A região de Araguaína entre pastos, cercas e bovinos.....	38
Figura 7 - Vacinação contra febre aftosa, Brucelose e Tuberculose.....	43
Figura 8: Cavalgada de Araguaína.....	46
Figura 9: Queima de solo para pastagem	49

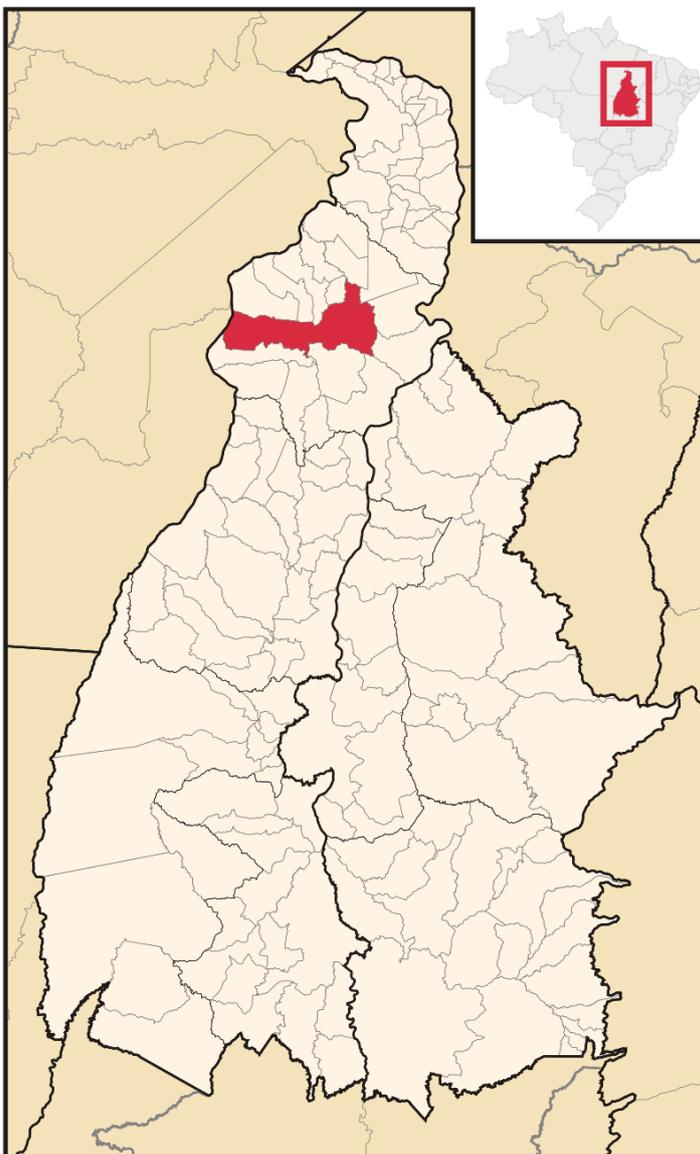
Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. BREVE HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA VERSOS AGROPECUARIA	14
2.1 A REVOLUÇÃO VERDE E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E A PECUÁRIA	16
2.2 O AGRONEGÓCIO E A AGRICULTURA DE PRECISÃO E SUAS TECNOLOGIAS.....	19
2.3 A QUESTÃO DO CAMPO BRASIL – CONFLITOS E RESISTENCIA ENTRE GRANDES PROPRIETÁRIOS/ CAMPONESES	22
2.4 OS PROGRAMAS DO CERRADO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA.....	25
2.5 A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E OS CONFLITOS DOS DESERDADOS DA TERRA.....	29
3. A TERRITORIALIZAÇÃO E REDES DE MIGRAÇÃO DE ARAGUAÍNA	33
3.1 BREVE HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO AGROPECUARIA EM ARAGUAÍNA - TO: ESPECIALIDADES E TECNOLOGIAS.....	36
3.2 OS PROGRAMAS QUE BENEFICIARAM O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA	38
3.3 AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA CIDADE BASEADA NA AGROPECUÁRIA.....	44
3.4 OS IMPACTOS AMBIENTAIS COM A EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO ARAGUAÍNA E OS CONFLITOS SOCIOECONÔMICOS	48
3.5 A IMPORTANCIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA E A QUESTÃO DAS ATIVIDADES NO CAMPO.....	51
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	57

1. INTRODUÇÃO

Localizada ao norte do estado do Tocantins, Araguaína (Figura 1), destaca-se pela peculiaridade de rápida transformação de fronteira agrícola e agropecuária, transmutada em cidade de influência regional, constituindo parte da região econômica periférica, porém inserida no mercado mundial.

Figura 1: O município de Araguaína



Fonte: pt.wikipedia.org/wiki/Araguaína

O município de Araguaína fica ao norte do estado do Tocantins é integrante da Amazônia Legal, e é potencialmente conhecido por ser um município economicamente pujante dentro do próprio estado e a nível nacional. Dessa maneira, diante das atividades agropecuárias no município e também de serviços, a cidade de Araguaína abrange as regiões interestaduais próximas, sobretudo, dos estados do Pará e do Maranhão. A pecuária é uma das atividades primárias que mais se destacam no País, e tem como objetivo a criação de gado, aves, suínos, equinos e ovinos, tendo assim, o Brasil o maior rebanho do mundo, devido a isso, somos líderes em importação e exportação de carne, empregando mais de dois milhões de pessoas no Brasil de acordo com o site www.rallydapecuaria.com.br, pesquisa realizada em 2019.

O objetivo da pesquisa é compreender a territorialização do capital pelo advento do agronegócio em seus aspectos produtivos com novas lógicas com o uso da ciência e da tecnologia, especialização produtiva, apropriando-se dos espaços sociais e culturais na cidade e município de Araguaína – TO.

A territorialização do capital, em um determinado lugar, por um ramo da divisão social do trabalho se dá por uma série de elementos que contribuem harmoniosamente para o movimento da engrenagem capitalista, segundo Harvey (2005). Com isto a pessoa com poder aquisitivo maior consegue acumular parcelas maiores de terra, formando grandes latifúndios sendo assim ocorrendo territorialização do capital, as consequências desse processo possuem um lado positivo que economia e alavancada, paralelo isto temos o lado negativo da desigualdade ocasionada por este monopólio de terras, com isso levando algumas vezes a expropriação de camponeses.

Vale ressaltar, que existe também todo um processo histórico relacionado à agropecuária Araguainense, que se deu com o passar dos anos, e que foi impulsionada a partir de uma demanda cada vez maior de carnes bovinas, e com essa demanda, passou a ser mais rentável devido ao seu manejo, diante das condições das pastagens e grandes extensões de terras e não a de grãos como em caso de aves e suínos.

Embora exista uma constante preocupação com o meio ambiente, que é bastante necessário até para garantia da sobrevivência futura, e sendo o Brasil um dos países que possui uma das legislações mais completa e apropriada do mundo, os discursos sobre preservação ambiental e sustentabilidade continuam relacionados

unicamente à questão das atividades econômicas exploratórias, podendo dar brechas a outras ações inerentes ao que de fato deve se tratar.

A atividade agropecuária é bastante extensa e é exercida por pequenos e grandes produtores. Alguns utilizam de tecnologia para facilitar o manejo da produção, já existem outros que aderem às técnicas mais antigas e tradicionais, com maior atividade humana em todos os processos. Contudo, todos trabalham com o mesmo intuito, fornecer alimentos e matérias-primas para a produção de outros itens.

Nesse sentido, é importante justificar esta pesquisa a partir da discussão sobre a territorialização do capital pelo agronegócio por seus aspectos produtivos relacionados à ciência e tecnologia utilizada no processo de produção, e sua ocupação dos espaços sociais e culturais no município de Araguaína -TO à pecuária e seus derivados.

A pesquisa deste trabalho será baseada em pesquisa qualitativa mediante aos trabalhos publicados e relatos históricos, buscando fundamentar os objetivos desta pesquisa. Através de levantamento de dados históricos sobre a formação do agronegócio no estado do Tocantins com ênfase no município e cidade de Araguaína, onde através destes registros demonstraram quais os programas do governo federal foram implantados e como contribuíram para o atual cenário. Contudo, analisar as atuais atividades e tecnologias produtivas, visualizar os benefícios sociais e culturais ocasionados pela economia do agronegócio, além de mensurar os impactos ambientais causado por essa cadeia produtiva.

Dessa forma o trabalho está dividido da seguinte forma: o primeiro capítulo faz uma abordagem de forma resumida de como se deu a modernização da agricultura e agropecuária no Brasil e sobretudo em Araguaína, contando sua história e em seguida desenvolvendo em tópicos de modo mais abrangente alguns aspectos relevantes que trouxe até a atual conjuntura que se encontra o capítulo em questão.

No segundo capítulo, iremos tratar da parte que basicamente determina todo o trabalho, ou seja, da territorialização e a da migração para a cidade de Araguaína, tão como também irá ser tratado a modernização, as especialidades e tecnologias da agropecuária, sem deixar de serem citados os impactos ambientais que levaram toda essa reforma agrária no meio rural, mas também os benefícios que foram gerados com todo esse processo. E por fim, as considerações finais que levaram a conclusão deste trabalho.

2. BREVE HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA VERSOS AGROPECUARIA

A cientista e escritora norte-americana Rachel Carson, em seu livro não deixa de citar e tratar a respeito de tudo que envolve a agricultura e o agronegócio, e nele ela frisa quão vulnerável se tornou a natureza à intervenção humana. A humanidade adquiriu uma capacidade significativa de transformar, de descobrir e de criar, o que coloca os homens, incontestavelmente, entre os animais que mais alteram a natureza do planeta. É com esse posicionamento que, Rachel Carson afirma:

A história da vida sobre terra tem sido uma história de interação entre as coisas vivas e o seu meio ambiente. Em grande parte, a forma física e os hábitos da vegetação da terra, bem como a saúde animal, foram moldadas pelo seu meio ambiente. Tonando-se em consideração a duração toda do tempo terrenal, o efeito oposto, em que a vida modifica, de fato, seu meio ambiente, tem sido relativamente breve. Apenas dentro do momento de tempo representado pelo século presente é que uma espécie - homem - adquiriu capacidade significativa para alterar a natureza do seu mundo. (CARSON, 1962, p. 15)

Esse domínio humano, apesar do interesse dele parecer vantajoso e benéfico levando em consideração um padrão de relações sociais, culturais e econômicas, a de se levar em conta que isso forja a um sistema econômico desigual e excludente, pois nem sempre existe um grupo cem por cento capaz de ter condições, e digo no fator aquisitivo, de tirar os mesmos proveitos que tiramos do meio ambiente ao se tratar do que ela pode nos beneficiar, ou seja, a agricultura ou pecuária.

No Brasil, um grande estimulador decisivo para a modernização do agronegócio, foi o aparelho estatal com suas políticas de substituições de insumos, planos de desenvolvimento para o setor industrial, modernização do agrário, espaços para pesquisa, a extensão e ao crédito rural, o então chamado tripé do desenvolvimento.

A extensão rural teve um papel fundamental no desenvolvimento e modernização do agronegócio brasileiro, ela foi estabelecida para ligar os pesquisadores aos produtores e transferir à classe produtora as tecnologias desenvolvidas por alguns institutos. Esse desenvolvimento rural, ainda mais no que

tange os perfis produtivos, acabou que desencadeou ou até mesmo confirmou algumas desigualdades sociais que já eram evidentes no Brasil, com o aumento da concentração de propriedades de terras, que levou a novos debates, lutas e resistências com relação à questão agrária.

Sobre uma breve análise do modelo de agricultura convencional e sob a ótica do aspecto agrícola produtiva, é possível observar que os menos avisados os quais acreditam que a industrialização modernizadora da agricultura siga, de vento em popa, em seu objetivo de produzir para acabar com a fome no mundo, pois a cada safra aumentam as toneladas produzidas, assim como cita em sua obra, Fabio Dal Soglio:

Têm-se, assim, elementos da modernização da agricultura estreitamente relacionados com a questão mercadológica, a concentração de terra, a expropriação dos meios de vida, que, por si só, são extremamente problemáticos. Tem-se, assim, a insustentabilidade do processo produtivo como um todo. A agricultura industrializada, também conhecida como agricultura convencional, é basicamente dependente do petróleo e de seus derivados e tecnologias exógenas reformuladas, desenvolvidas e aprimoradas de tempos para o “controle” da natureza (DAL SOGLIO, 2009, p. 41)

Contudo, acaba que percebemos que dependentes do desenvolvimento de tecnologias e da indústria, a agricultura moderna e os agricultores entraram de certa forma em uma crise multifacetada, porque acabaram acusando aspectos deficitários nas diversas esferas das relações ambientais e humana, uma consequência do modelo de desenvolvimento rural do Brasil.

Assim sendo, é necessário observar cada realidade detalhadamente, sobretudo por meios de pesquisas junto a grupos de agricultores e pecuaristas, levando em conta tudo que engloba a realidade, ao que concerne aos modos de colher, preparar suas refeições, de criar os animais, bem como os modos com que se estabelecem as relações sociais, a reciprocidade, a economia, a organização, dentre outro.

2.1 A REVOLUÇÃO VERDE E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E A PECUÁRIA

A Revolução Verde se baseou na modernização da agricultura e grande parte dela, numa escala global, efetivada por meio da incorporação de inovações tecnológicas na produção através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização de solos, utilização de agrotóxicos e mecanização agrícola. Ela teve como princípio as sementes geneticamente modificadas, os maquinários agrícolas e os insumos químicos. No Brasil, a incorporação técnica foi feita por meio de incentivos governamentais concomitantemente à expansão das fronteiras agrícolas para as regiões de Cerrado.

Para a compreensão desse conceito, faz-se necessário uma análise do contexto histórico, pois, para que a Revolução Verde chegasse a esse estágio, foi necessária toda uma gama de fatores que marcaram a sociedade à época do seu surgimento.

Para uma melhor análise desse contexto, é necessária uma breve apreciação histórica de como ela chegou a esse estágio. A princípio ela partiu da Revolução Industrial, que teve como repercussão a intensa migração da população do campo para as cidades. Após a Revolução Industrial, ocorreram algumas mudanças no cenário mundial. A população urbana passou, gradualmente, a ter acesso a melhores condições de vida e melhores serviços de saúde.

Desta forma, passou a ser previsível que a natureza tinha recursos limitados enquanto a população tinha um potencial de crescimento ilimitado para alimentar a população que crescia. Podemos também falar a evolução na medicina, que contribuiu para a redução da mortalidade e uma melhor qualidade de vida, assim como condições melhores, levando a um grande aumento populacional de camponeses em locais urbanos.

Contudo, ocorreu a implantação das novas técnicas agrícolas para que não houvesse outras perdas, e com o passar do tempo, ainda houve maior difusão das inovações tecnológicas no meio agrícola. No entanto, os passos iniciais para essa mudança de paradigma e as suas principais motivações já se encontravam em um período mais anterior.

A expressão Revolução Verde se deu, para ser mais exata, no ano de 1966, nos Estados Unidos, ela teve uma grande influência da Guerra Fria, momento em que os EUA, bloco capitalista e extinta União Soviética, bloco socialista disputavam ideologicamente e economicamente a hegemonia do mundo, assim como também na Segunda Guerra Mundial. Nesse cenário, os demais países já faziam grandes investimentos na agricultura, influenciados pelos Estados Unidos, assim como diversos países em desenvolvimento, como Índia, Brasil e México.

Quando se trata de Brasil, já no período da ditadura militar, passou ser bastante discutido sobre qual caminho o país deveria seguir para que pudesse aumentar sua produtividade agrícola. Surgiram possibilidades que foram ganhando destaque, a primeira defendia foi o aumento da produtividade por meio da reforma agrária, e a segunda defendia foi a adoção de pacotes tecnológicos pelos agricultores, sem se tocar na questão fundiária. Segundo defende Leticia Silva Serra, em seu artigo:

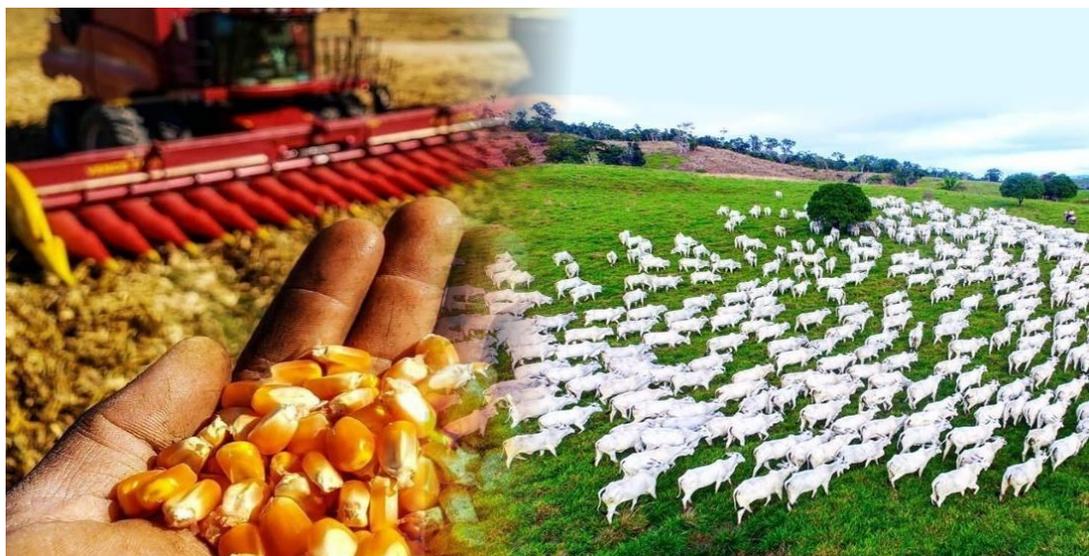
O Governo militar optou por manter a estrutura agrária que já existia no Brasil e adotou as bases do modelo da Revolução Verde. As regiões que sofreram de forma mais intensa, inicialmente, foram as regiões Sul, Sudeste e um pouco mais tarde, a região Centro Oeste. Observou-se, primeiramente, a preferência pelas monoculturas com o objetivo de exportação como soja, milho, algodão e arroz. Logo depois, a cana-de-açúcar também teve sua expansão observada devido aos incentivos do programa Proálcool (SERRA, 2016, p. 6)

A Revolução Verde teve suas vantagens, assim como as desvantagens, a principal vantagem trazida pela Revolução Verde foi o ganho de eficácia na produção agrícola, que suscitou o aumento de produtividade em diversas lavouras, com destaque para os cereais e para os grãos, como a soja e o milho. Já a desvantagem desse processo foi a expulsão de pequenos proprietários e trabalhadores rurais do campo, além de inseticidas e pesticidas utilizados na agricultura que trouxeram vários problemas para a saúde. Isso se deu, em primeiro lugar, pelo aumento dos custos relativos para a produção devido à concorrência com grandes proprietários e grandes empresas. As novas técnicas incorporadas ao campo exigiram, ademais, maior qualificação profissional, o que acabou por colocar muitos trabalhadores menos qualificados em situação de desemprego.

Ao se tratar da terra, é possível, sobretudo, analisar a evolução da área colhida, da produtividade da terra e da produção. Alguns estudos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento mostram ser a produtividade da terra, portanto, novamente a tecnologia, dominante na explicação do crescimento da produção. A tecnologia foi o principal motor a impulsionar o agronegócio, ela teve papel preponderante na administração da dívida externa e na acumulação de um montante expressivo de reservas e contribuiu para o abastecimento do mercado interno e impulsionou as exportações.

O sucesso do agronegócio se dar, principalmente, pelo constante desenvolvimento da tecnologia, tanto para o produtor quanto para a agroindústria, os transportes, as exportações e os arranjos para financiarem a safra (exemplo, Figura 2), com grande participação da iniciativa particular, brasileira e estrangeira. Tudo isso são sinais da dinâmica da difusão de conhecimento na sociedade brasileira, ou seja, depois de criados os conhecimentos, sua divulgação explica o sucesso da modernização da agricultura, nesse sentido, a busca de conhecimentos na agricultura brasileira tem sido muito bem-sucedida.

Figura 2: Agricultura e a Pecuária, o Agronegócio



Fonte: <https://www.comprerural.com/agricultura-ou-pecuaria-qual-o-melhor-investimento/>

Vale ressaltar que, a agricultura e pecuária tem grande impacto na economia do país, isso já vem desde o tempo da época do Brasil colonial, e com o passar do tempo,

devido aos solos férteis, o clima favorável e o desenvolvimento do agronegócio, passamos a ser um dos principais exportadores agrícola, e um dos maiores produtores de carne do mundo.

Um dos fatores que tem ajudado no desenvolvimento do trabalho no campo, são as buscas por novos produtos e sistemas de computação que são lançados justamente no intuito de efetivar a produtividade na agricultura e pecuária, principalmente aliviar os resultados de forma segura e mais precisa, com isso os produtores têm mais possibilidade de melhorias em suas propriedades, alcançar mais o comércio, além de adquirir mais conhecimentos.

2.2 O AGRONEGÓCIO E A AGRICULTURA DE PRECISÃO E SUAS TECNOLOGIAS

O agronegócio é um conceito, que para alguns autores, é um ponto de partida para a construção de uma ideologia de mudança do sistema latifundiário na crescente agricultura capitalista. Também pode ser definido o agronegócio como um dos maiores geradores de emprego no mundo, com atividades decorrentes de produção agricultura e pecuária, e da distribuição dos insumos para essas áreas. Mas isto, querendo ou não, representa perigo para o meio-ambiente, especialmente pela adoção do sistema de produção intensivo.

Para Mendes e Padilha Junior (2007, p. 44).

Mais recentemente tem sido utilizado o termo agronegócio. A agricultura é vista como um amplo e complexo sistema, que inclui não apenas as atividades dentro da propriedade rural (ou seja, dentro da porteira agrícola, que é a produção em si) como também, e principalmente, as atividades de distribuição de suprimentos agrícolas (insumos), de armazenamento, de processo e distribuição dos produtos.

Mendes e Padilha Junior (2007, p. 48) ainda definem agronegócio como “sendo a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das

operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processo e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com base neles”.

Atualmente no cenário mundial do Agro, o Brasil ocupa um lugar de destaque como grande produtor e exportador, tendo em vista diversas características de grandes propriedades constituindo-se na maior cultura nacional em termos de área, observando também que a capacidade de expansão do agronegócio depende diretamente da infraestrutura para o escoamento da produção.

Mas ao contrário do que muitos imaginam, a agricultura e a pecuária, ou seja, o agronegócio não está somente relacionado com o campo, ele especializa-se também no meio urbano, sendo um dos vetores de promoção da subordinação das atividades rurais à dinâmica das cidades. Isso ocorre, assim que o agribusiness vai se modernizando, mas ele torna-se dependente de atuações industriais e produtivas advindas das cidades.

Vale muito destacar que as práticas do agronegócio são as formas em que haja a preocupação com a unidade de produção, permitindo a transferência dos produtos até o consumidor final e são fatores que estão sempre ligados às estratégias para conseguir cada vez mais informações, de forma a interagir, moldar e atender às necessidades do consumidor.

O que também muitos não sabem é que existe uma diferença entre a agricultura de precisão e a agricultura tradicional, e ao contrário do que se conhece, a agricultura de precisão é uma nova forma nas aplicações dos processos e sistemas de produção no meio agrícola, conforme Figura 3, a qual funciona a partir de sistemas que levam em conta as possíveis variações espaciais, as quais têm ocorrido naturalmente em um período de produção em um campo; além disso, ela é uma técnica que vem a aperfeiçoar o uso de insumos do agricultor.

Figura 3: Utilização da Agricultura de Precisão



Fonte: <https://www.agroprecision.com.br/-a-agricultura-de-precisao/>

Esse importante campo do agronegócio, no que tange à economia envolve uma inter-relação entre os três setores: o primário que se dar pela agropecuária, o secundário que tem relação com as indústrias de tecnologias e de transformação das matérias-primas e o terciário que envolve o transporte e comercialização dos produtos advindos do campo.

Ainda quando tratamos da agricultura de precisão, vale muito ressaltar seu primeiro fundamento teórico, ou seja, o seu local e o tempo do surgimento, que se deram nos Estados Unidos no ano de 1929, graças aos avanços nos sistemas de posicionamento geográfico e às informações geográficas, tanto com o crescimento dos processos tecnológicos na área de informática, como também com o desenvolvimento do monitoramento dos produtos agrícolas.

O produtor pode até conseguir mais e melhores resultados econômicos de sua atividade rural, mas para que isso aconteça, ele precisa investir maciçamente em máquinas e insumos modernos. Existem momentos, que percebemos o quão comum um funcionário sem preparo operando uma máquina de alto investimento, devido à falta de treinamento e mão de obra especializada, com isso, não havendo uma utilização de

todo o potencial da máquina ou até mesmo chega a acontecer dela ficar parada, como cita Lucas Caregnato em seu artigo:

Ao longo de toda a cadeia produtiva do mercado consumidor até o produtor, as características e qualidades dos produtos devem resultar em soluções cooperativas entre os diversos agentes econômicos, assim como o investimento em capacitações, e com isso incentivando os ganhos de competitividade e melhorando o desempenho e o crescimento econômico (RUFINO,1999, Apud, CAREGNATO, 2019, p.7).

E nesse contexto, se desenvolveu um aprimoramento no processo de mapeamento da variabilidade do solo a ser cultivado, fertilização do solo, plantas, localização, entre outros recursos, criando um resultado que engloba uma aplicação bastante otimizada de seus insumos, a fim de diminuir os possíveis custos adicionais e impactos ambientais que seriam negativos; dessa forma, haverá um grande acréscimo ao retorno do capital investido, nos processos sociais e ambientais.

2.3 A QUESTÃO DO CAMPO BRASIL – CONFLITOS E RESISTÊNCIA ENTRE GRANDES PROPRIETÁRIOS/ CAMPONESES

Quando falamos da questão da agricultura e pecuária no Brasil, ou seja, quando o assunto são questões agrárias, estamos nos referindo à ocupação, posse e distribuição das terras, tanto em seus aspectos históricos quanto em seus aspectos geográficos.

Desse modo, é possível sabermos que a distribuição das terras no sentido histórico esteve diretamente ligada à colonização do nosso país, que foi responsável por um processo de ocupação e que por muitas vezes privilegiou as elites econômicas da época, e que por um interesse, acabaram excluindo principalmente os indígenas, os negros e os pobres, o que veio a proporcionar uma disputa latifundiária histórica.

Em uma leitura sobre o conceito de camponês e agricultor familiar, é fácil de analisar que esses conceitos veem sofrendo profundas alterações as quais têm desencadeado pesquisas acadêmicas em diversas áreas agrárias. Na área da Geografia, além do que concerne à agricultura e à pecuária, é possível observar

conflitos que envolvem o capitalismo e os próprios camponeses como já citado, e assim, colocando de forma preliminar, o problema em questão.

E nesse raciocínio que Fatima de Silveira, trata da batalha de camponeses para conseguir se adequarem as severas mudanças do meio agrário e de certa forma de adequarem ao próprio capitalismo:

[...] uma gama muito grande de tipos de camponeses que vai desde aquele que racionaliza ao máximo sua produção, que está ligado a cooperativas, e tenta ajustar-se às necessidades do mercado, minimizando ao máximo seus riscos, até o posseiro, com condições mínimas de existência, que às vezes planta para ter o que comer (SILVEIRA, 1990, p. 231).

Se analisarmos também os conceitos utilizados pela pesquisadora, observamos que existem ainda alguns tipos de camponeses que dificultam a diferenciação, impedindo um melhor esclarecimento e compreensão.

Os frutos da realidade de exclusão dos habitantes do meio rural, são as razões que estão por trás da luta pela Educação do Campo no Brasil. A falta de acesso a um ensino que permita o desenvolvimento territorial das comunidades no campo está relacionada com a história da estrutura agrária do país, baseada no latifúndio e na desterritorialização das populações camponesas de suas terras de trabalho.

Essa situação de miséria, desigualdade social e avanço destrutivo do capital no campo se complementam com a ausência de políticas públicas de educação. Assim, a busca pela Educação do Campo se torna possível pelo fato de os movimentos socioterritoriais camponeses estarem construindo sua luta pela terra e por um projeto de desenvolvimento para a sociedade diferente do projeto do agronegócio (CAMACHO, p. 806, 2014).

O livro “O Príncipe”, além de ser um livro de história é também de ideologia, com ele, Maquiavel procura demonstrar como e por que o conhecimento é poder, sobrepondo suas ideias. Maquiavel demonstra elementos para compreender melhor as ações empreendidas na defesa do conhecimento. Segundo ele em um trecho de sua obra:

[...] para ter liberdade é necessário ter o poder, assim, ciência, dominação e liberdade são inseparáveis. Só é livre quem tem poder,

portanto, “o desejo de conquistar é natural e comum, e os homens capazes de satisfazê-lo sempre serão louvados, jamais criticados” (MAQUIAVEL, 1999, p. 47).

Com seu pensamento, revolucionou a história das teorias políticas ao se propor estudar a sociedade pela análise da verdade efetiva dos fatos humanos, e com isso compreendendo como as organizações políticas se fundam, se desenvolvem, persistem e decaem.

A conflitualidade acaba decorrendo do enfrentamento perene alimentado pela contradição estrutural do capitalismo que produz concentração de riqueza de um lado e expande a pobreza e a miséria do outro, isso claramente pode ser visto quando se trata de grandes fazendeiros e pequenos poceiros.

Nas discursões teóricas, a conflitualidade também se faz presente, cujo objetivo consiste em convencer ou derrotar oponentes. Ela se instala nos paradigmas e nas teorias, nos discursos promovendo verdadeira e disputa intelectual confrontando diferentes leituras e compreensões, as quais indicam necessariamente alternativas distintas, às vezes opostas e nem sempre complementares.

Existem diferentes concepções teóricas de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo, dentre elas se destacam alguns paradigmas, entendendo paradigma como um conjunto de pensamentos, teorias e teses que procuram explicar a realidade.

Tendo uma visão comprometida e até mesmo mais crítica quando se trata da transformação da realidade, passamos a aprofundar e ampliar nossa discussão numa perspectiva que confronte o pensamento consensual, e nesta perspectiva, torna-se indispensável à construção da análise que contemple de forma inerente à dimensão da conflitualidade entre o capitalismo e camponeses.

Com o capitalismo agrário cada vez mais crescendo, é inevitável a tendência ao desaparecimento do campesinato, a única possibilidade de sobrevivência aparentemente visível no momento do camponês consiste na sua transformação em agricultor familiar, inserindo plenamente no mercado, racionalizando ao máximo a sua produção.

Lênin insiste de que o trabalho familiar de fato não existe no campesinato, que é pura ilusão, e tudo acaba sendo cooptado pelo capital.

[...] A expressão fundada no trabalho familiar é um termo vago, uma frase declamatória sem qualquer conteúdo, que contribui para confundir as mais diversas formas sociais da economia, beneficiando apenas a burguesia. Essa expressão induz ao erro, ilude o público, levando-o a acreditar na não existência de trabalho assalariado (LÊNIN, 1980, p. 18).

Com o intuito de crescer e se desenvolver, o capitalismo utiliza todos os recursos disponíveis na agricultura, e para atingir todos esses objetivos, ele se apropria da enorme diversidade que ela proporciona.

O pequeno camponês que está sempre cultivando o seu pedaço de terra ou terra arrendada é ainda proprietário de sua força de trabalho, mesmo tendo seu modo de produção próprio, desde épocas passadas não está livre dos tributos, como também da exploração dos grandes proprietários de terras, na verdade isso acaba fazendo parte da labuta e tendo eles que trabalharem também em prol do sistema capitalista de produção.

No Brasil, existe ainda um movimento dos camponeses com a tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação representada pelos posseiros e sua luta contra os grandes fazendeiros. É também um movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados.

2.4 OS PROGRAMAS DO CERRADO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

O cerrado, Figura 4, ocupa aproximadamente um quarto do território brasileiro, pouco mais de 200 milhões de hectares e abrigando um rico patrimônio de recursos naturais renováveis adaptados às duras condições climáticas, edáficas e hídricas que determinam sua própria existência.

Figura 4: O cerrado



Fonte: <https://revistanatureza.com.br/os-segredos-do-cerrado/>

O cerrado é o segundo maior bioma brasileiro (depois da Amazônia) e concentra nada menos que um terço da biodiversidade nacional e 5% da flora e da fauna mundial.

De uns anos para cá, o cerrado tem cada vez mais alterações em suas áreas, impulsionada graças aos avanços tecnológicos e processos acoplados que, em conjunto, recebem a denominação de modernização agrícola.

A região do cerrado foi alvo de intensa exploração durante o período da enorme busca pelo ouro, submetido principalmente a várias entradas e auto-apropriações. As grandes expedições buscavam metais preciosos e até mesmo índios para o trabalho escravo, mas nessa parte, a maioria das vezes a tentativa foi fracassada. E com o tempo, a escassez do ouro, passou a predominar na região a economia agrícola de baixa escala, de sobrevivência e a pecuária extensiva, pouco onerosa em recursos e mão-de-obra, uma vez que o cerrado passou a ser “frequentado”, nunca mais deixou ser habitado.

Indubitavelmente as políticas públicas contribuíram para o aumento da produção dos produtos agrícolas nessa região. A agricultura e pecuária passaram então a ser predominantemente o comércio forte dos pequenos e grandes produtores da região.

Em sua obra, Alho e Martins fazem uma estimativa que o cerrado teve aproximadamente 80 milhões de hectares em áreas abertas, isso é um cálculo bastante “pessimista”, tendo em vista o agravo que isso leva, ou seja, animais perdendo seu habitat natural, nascentes morrendo e rios assoreando, dentre vários outros. Por outro lado, olhando de uma maneira mais otimista, existe também a parte econômica, a parte de quem faz e produz em cima da terra. Ainda em sua obra, Alho e Martins consegue abordar uma estimativa do que seria produzido nessas áreas de cerrado.

[...] essas novas culturas de ocupação, em conjunto, obtiveram 6,13 milhões de hectares, ou 74% da área total em lavouras (permanentes e temporárias). Entretanto, foi a soja a que mais sofreu incremento, e o seu cultivo atual corresponde a 25% da produção nacional. Entre 1985 e 1999, a produção de soja subiu de 4,5 milhões para 8,8 milhões de toneladas (Alho & Martins, 1999, p. 26).

Em uma análise do que diz o autor, essas ocupações plenas, intensivas e racionais da região dos cerrados brasileiros podem produzir o dobro de alimentos do que atualmente é produzido, no entanto, a obtenção desse resultado exige um suprimento adequado de insumos básicos, mão-de-obra especializada, e maquinários, mas como tudo, existem os pros e os contras, tal como devemos entender que, se a globalização prosseguir induzindo a região do cerrado para a produção agrícola nos moldes presentes sem a devida capacitação, o cerrado virá a sofrer mais ainda com os prejuízos ambientais inerentes.

Os programas governamentais tiveram impactos diretos sobre as áreas do cerrado, introduzindo melhores infra-estruturas, favoreceram a produção agrícola, dentre eles, os que mais se destacaram foram o Polocentro e o Prodecet, do qual foram os que tiveram maior impacto sobre o crescimento da agricultura de cerrados.

O Polocentro teve como objetivo propiciar a ocupação racional e ordenada dos cerrados, difundindo a tecnologia agropecuária, permitindo elevados níveis de produtividade, e ao mesmo tempo, aumentando e preservando a fertilidade do solo. Esse programa beneficiou principalmente vinte e seis médios e grandes produtores no período em que esteve em vigor.

As razões do Polocentro seriam a de demonstrar a viabilidade econômica de utilização dos cerrados para agropecuária, revelando que a ocupação

indiscriminada dessas terras, sem a utilização de tecnologia adequada, envolvia altos riscos, com prejuízos para a economia do País e para empresários agrícolas (Alencar, 1979)

O Polocentro em sua utilização, foi um programa bem-sucedido ao induzir a expansão da agricultura comercial nos cerrados, tendo o governo pago aos agricultores para que cultivassem a terra em seu próprio proveito, presumindo que seu impacto indireto tenha sido maior que o impacto direto.

Já o Prodecer foi um programa com o objetivo de estimular e desenvolver a implantação de uma agricultura moderna, eficiente e empresarial, de médio porte, na região dos cerrados, com vistas ao seu desenvolvimento, mediante a incorporação de áreas ao processo produtivo, dentro de um enfoque sustentável. O público beneficiário do Programa é constituído de médios agricultores associados a cooperativas, com características de capacidade de adoção tecnológica, tanto gerencial quanto de produção, dentre outros que conduzam os projetos a atingirem os objetivos do Programa. Muller e Cunha abordam isso da seguinte forma:

O principal instrumento do Prodecer é o crédito supervisionado, com linhas de crédito abrangentes, eram previstos empréstimos fundiários, para investimentos, para despesas operacionais e para assistência ao colono. O programa atraiu agricultores qualificados que, via de regra, têm sido bem-sucedidos (Mueller, 1990). Embora o número de beneficiários diretos do programa tenha sido limitado pela disponibilidade de recursos, considera-se que o impacto do projeto não se restrinja ao relativamente pequeno número de famílias diretamente envolvidas (Cunha, 1994).

Com a geração desses programas, acabaram sendo gerados também milhares de empregos direto e indiretos, contribuindo para a redução do êxodo rural. Áreas despovoadas ou pequenas vilas com o tempo acabaram se transformando, com a implantação dos projetos, em pólos regionais.

2.5 A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E OS CONFLITOS DOS DESERDADOS DA TERRA

Os movimentos no campo, não é uma questão recente, mas histórica e dar-se a uma luta antiga pelo direito de acesso à terra. Famílias com esperança em construir no seu espaço, como uma forma de subsistência e de se integrar à sociedade no que tange igualdade social, política e economia, mas mesmo com essa concepção, alguns movimentos sociais ainda são vistos como uma ameaça à classe capitalista. Com isso, essa classe tornou-se dominante e indiretamente acobertada pelo próprio estado, criando leis que os fortaleceram e que se propagou por todo território brasileiro.

Existe uma diversidade quando se trata das lutas advindas dos latifundiários, que podem ser divididas em categorias nas quais cada classe estar inserida, mas não como uma forma exaustiva de qualificação, e sim como uma forma de compreender as organizações que estão em exposição de exploração e expropriação a que se submetem. Nesse sentido, Grzybowski (1990, p. 17) expõe que “a diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrenta-las”.

Alguns conflitos se fazem particular, com isso não há uma integração ampla nessas lutas por direito a terra, reduzindo assim os focos locais, como se alguns movimentos não tivessem a ver com sua real causa, alguns desses movimentos também acabam se tornando pequenos e frágeis diante de grandes poderes impostos. Essas tensões e conflitos no campo vêm crescendo cada vez mais e por sua vez, transformando o campo em um espaço de medo e às vezes até violência. “[...] os pequenos produtores, os posseiros são alvo do processo de exploração, marcada pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas, mediante a historicidade da luta pela terra, criando fatos políticos, crises, repressão, que persistem até os dias atuais. (LOPES, 2012, p. 54, 55).

Camponeses de diversos lugares, principalmente do Nordeste, com anseio de suprir a possibilidade de um lugar para ficarem, terras para trabalhar, representaram uma grande massa de migração, de forma espontânea ou de forma dirigida em vários outros momentos. Esses camponeses também chamados de sertanejos, por diversas vezes foram levados diretamente para colônias agrícolas que haviam sido criadas em diversas partes do país, na década de 1950 a 1960. Na mesma época, em decorrência

da grande guerra, milhares de camponeses sertanejos acabaram sendo enviados para seringais amazônicos, mudando assim, todo foco do seu interesse, mas muitos desses resolveram migrar de forma espontânea para outras áreas, alguns resistindo nas regiões amazônicas. Para Martins (1983, p. 121).

Geralmente, os migrantes saíram do Piauí, do Ceará, Maranhão e foram parando por Goiás. Eram moradores de fazendas, vaqueiros ou até mesmo pequenos proprietários. Saíram em busca dos “gerais”, das terras livres, no rumo dos rios Araguaia e Tocantins. As histórias dessas migrações são histórias épicas. São histórias de expulsão da terra, da chegada das grandes fazendas, da necessidade de ir adiante procurar um novo espaço, fazer um novo rancho, derrubar a mata, queimar e coivarar o terreno, fazer roça e esperar a chuva, a colheita [...]

Com isso, estruturou-se na região ainda do Goiás, produtores fortemente sertanejos, com bases fincadas, e tinham como produção a pecuária da qual se perpetuou até hoje e agricultura como mostra a Figura 5. Contudo, mesmo com a garantia de produzir, e no contexto modernização do campo, passou a ser visível a diminuição de alguns camponeses que tinha como subterfúgio a agricultura familiar, foram perdendo espaço para grandes fazendeiros de soja, e novamente se colocavam na estrada, assim como diz Mendonça (2012, p. 39) “No sentido de garantir o desenvolvimento desigual da agricultura de larga escala e evitar os conflitos pela terra que começavam a tornasse vultos [...]”.

FIGURA 5: Migrantes do Piauí para o antigo Estado do Goiás



Fonte: <<https://www.fcnoticias.com.br/wp-content/uploads/Pau-de-arara.jpg>>

A abundância em terras na região amazônica e centro-oeste, nas décadas de 1940 e 1950, vislumbrou a imagem de terras mais acessíveis aos sertanejos de outras regiões, e decorrente disso, essa busca foi pensada pelo governo brasileiro e utilizada como uma válvula de escape para resolver o problema de terras em outras partes do país. Essa massa de camponeses migrou devido a sucessivos problemas causados pelo período incessante da seca no Nordeste como também, devido ao excludente sistema latifundiário que estava cada vez mais se consolidando na região.

No entanto, a chegada cada vez maior de sertanejos nordestinos, ao estado de Goiás, o mesmo resolveu intervir, e as terras devolutas passaram a ser de controle do Estado, situação que fortaleceu soberanamente o poder dos grupos latifundiários, não só no Goiás, mas diversas partes do país. Silva assevera que:

[...] controlando a vida municipal por meios que iam do paternalismo à violência, os coronéis, fiéis às oligarquias que dominavam a política estadual, representaram um papel central no modo pelo qual as terras devolutas se incorporaram ao patrimônio privado [...] (SILVA, 2008, p. 358).

Muitos dos sertanejos, que migraram, acabaram tendo suas vidas agregadas até mesmo como uma alternativa para manter o sonho vivo de ter uma terra, mas para alguns, esse momento era transitório, tendo apenas como finalidade a tentativa da obtenção da terra, com isso se sujeitando a essas formas de agregação imposta pelo estado, do qual ele mesmo determina o tempo. Após se agregarem a essas terras onde viviam, esses sertanejos buscavam, incessantemente, a terra, a partir de cadastros do INCRA, ou por meio de sua posse. E em uma pesquisa feita por Mendonça (2012), ele conseguiu afirmar que cresceu recorrentemente, a partir da década de 80, consideravelmente, a quantidade de sertanejos que migraram para essa região.

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que os sertanejos iam tentando procurar lugares onde já havia outros, para facilitar o acesso deles à terra, sem se importarem com o território, outros já passavam por um processo de luta específico, alguns conseguiram acessar à terra de uma forma mais rápida. O processo de territorialização dos sertanejos, em cada região ou território, assume características diferentes, tendo cada um, uma forma de luta.

O fato também é que cada sertanejo territorializado, do qual conseguiu, através de lutas ou processos legais, suas terras são provenientes de uma longa trajetória e um longo processo de migração, buscando encontrar no estado, mesmo que com tanta dificuldade, através de uma longa busca e um longo processo de migração. Assim sendo, as lutas diárias por uma melhoria de vida, contra os desmandos das forças capitalistas, na acirrada permanência na luta pela terra. Nesta percepção, Mendonça afirma:

Isto revela, entre outras questões, a persistência contra todas as forças capitalistas, de uma classe social camponesa, que luta para entrar na terra e, mais que isto, luta para permanecer na terra de trabalho, e dela tirar o sustento de uma família, de uma vida. (MENDONÇA, 2012, p. 48)

Esses relatos não dizem nem um terço da real situação que camponeses sertanejos vivem para conseguir suas terras e permanecerem. Na região do Goiás hoje Tocantins, não diferencia da luta diária dos camponeses no Brasil, como as diversas atividades desenvolvidas e os movimentos de organização pela almejada terra. O desejo constante de trabalhar no campo, a luta infinita pelo direito de ter sua terra

foram vendo o tempo passar e com ele teve que se adequar, muitos sertanejos hoje foram territorializados nos projetos de assentamentos e na constante situação de investigados, um processo que o estado utiliza para obter informações, se esses sertanejos já assentados não obtêm outras territorialidades e ou serem latifundiários agindo de forma imprópria para obtenção de outras terras. Mas ainda sim, esses camponeses passaram por vários processos migratórios, e nessa via sacra, fortes fatores indicam uma relação de sertanejos com a terra que ousaram buscar pela constituição, no desejo de trabalharem na terra, serem representados pelos dados sobre as atividades desenvolvidas nos diferentes locais de moradia.

3. A TERRITORIALIZAÇÃO E REDES DE MIGRAÇÃO DE ARAGUAÍNA

Araguaína conhecida por seu potencial econômico teve seu início na década de 50 com a construção da BR 153, cortando a cidade sentido norte-sul. Desde então, Araguaína se mostrou um forte expoente econômico no âmbito estadual, ainda nos tempos em que pertencia ao Estado Goiás. Outrossim, após a criação do estado Tocantins seu desenvolvimento tornou-se maior. A construção da rodovia serviu de migração tanto para as cidades vizinhas, quanto de outros estados, aumentando rapidamente seu crescimento demográfico.

Foi no governo presidencial de Juscelino Kubitschek, onde grandes investimentos em infraestruturas foram iniciados e que visavam à integração do território nacional através das redes, principalmente por meio da construção de rodovias, e que adentraram a região Norte do país onde ainda não havia um desenvolvimento econômico capitalista igual ao que era verificado nas regiões Sudeste e Sul na época. Dessa forma, Araguaína foi beneficiada por essa política aumentando sua importância e participação econômica no âmbito das relações capitalistas de produção, pois o município saiu do isolamento, segundo Pereira (2013).

O município de Araguaína a partir das décadas de 1960 a 1970 passou a se integrar com as localidades do seu entorno e com as demais regiões do país, mas, numa esfera mais recentemente, integrou-se também com outros países, isso se dá

pela ação das redes, uma vez que “Através das redes, podemos reconhecer, a grosso modo, três tipos ou níveis de solidariedade [...]. Esses níveis são o nível mundial, o nível dos territórios dos estados e o nível local” (SANTOS, 2014, p. 270).

Araguaína encontra-se inserida nesses três paradigmas, principalmente pela atuação da agroindústria frigorífica, seja no nível local através das relações mantidas com os municípios de seu entorno, seja no nível nacional com grandes interações interestaduais com a grande maioria das regiões do Brasil, ou mesmo no cenário internacional efetivamente notável pela exportação de carne bovina, tal fenômeno não seria possível sem a funcionalidade das redes, sejam elas de transportes, de comunicação ou cibernéticas.

Hoje em dia, Araguaína tem uma função regional bem estabelecida, no entanto, ainda com algumas deficiências nas organizações dos conjuntos espaciais urbanos. Araguaína com o passar do tempo, no período entre 1960 a 1990, passa a preencher todos os pré-requisitos para a territorialização do capital fundiário de forma mais incisiva do que já estava em curso, pois possui uma estrutura demográfica considerável, que o garante com um demasiado de mão de obra; com umas regiões próximas que lhe podem fornecer algumas matérias-primas, como no caso do abate de animais, para a extração de peles para confecção de sapatos, sandálias entre outros, como também a extração da palha do babaçu, espécie de palmeira típica da região, que por meio dela pode surgir variados produtos, tais como: chapéu, cestas, esteiras e muito mais; e ainda possui uma rede de infraestruturas que lhe serve de suporte como, por exemplo, a BR-153, e também as redes de comunicação e informação, que estão muito populares hoje em dia.

Quando tratamos já do ponto de vista político, podemos afirmar que várias ações foram feitas ao longo do tempo para uma complexa territorialização do capital do agronegócio no município de Araguaína. Com isso, podemos até mesmo afirmar de um modo geral que a política assume um papel fundamental no Brasil no que tange à agropecuária, pois além de dá sentido às ações econômicas também as viabilizam.

No âmbito da política, o agronegócio promove várias ações para obter apoios e criar um ambiente institucional favorável à sua territorialização. Entre os mecanismos mais utilizados está a eleição de pessoas diretamente vinculadas aos segmentos do agronegócio (empresários agropecuaristas e/ou agroindustriais) para cargos públicos, bem como financiamento de campanhas

eleitorais de políticos de distintos partidos, tanto do poder executivo quanto do legislativo (CAMPOS, 2011, p. 117).

No Brasil, “Uma das mais importantes ‘conquistas’ do agronegócio, garantida por esse mecanismo de representação político institucional, foi a aprovação da Lei Complementar 87/96, que isenta do pagamento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)”, em particular para “os produtos primários e semielaborados voltados para exportação” (CAMPOS, 2011, p. 118). Ao analisarmos de uma forma crítica, observa-se que a estrutura política ruralista nacional se encarrega de beneficiar aqueles que reproduzem o capital por meio de atividades rurais, ainda mais com relação a grandes produtores.

Uma representação nítida de territorialização da agropecuária, mesmo tendo sido quase que abandonado pelo poder público e sendo uma das regiões Araguaíense com uma grande concentração de empregos e geração de renda e economia, é o Distrito Agroindustrial de Araguaína, DAIARA:

[...] é um espaço destinado à instalação de empresas, cujo objetivo é alavancar a produção industrial, fortalecendo a economia da cidade e região, atraindo então novos investidores para o surgimento de indústrias, aumentando a oportunidade de empregos e gerando receita na região (SOUSA; LORRAYNE, 2014, p. 5, Apud, PALMEIRA, 2016, p. 36).

Em Araguaína, essa economia relacionada aos polos agroindustriais tem como grande parte do seu interesse voltado à agropecuária devido à grande rentabilidade que gira entorna dela, numa diversidade que não se baseia somente no ramo de frigoríficos, mas também indústrias voltadas a minerais, rações, fertilizantes, medicamentos, máquinas e implementos como: madeira, couro, leite, dentre outros. Contudo, sabemos que, na agropecuária, destaca-se a pecuária bovina de corte, que é onde existe o grande desenvolvimento crescente em exportação e importação, e nos anos mais recentes, com uma grande demanda de carnes, frigoríficos buscam sua principal matéria prima tanto em pequenas, médias, quanto em grandes propriedades.

Um grande exemplo, dos produtos gerados por essas empresas, é a exposição agropecuária que acontece uma vez ao ano, pra ser mais exato, no mês de junho,

desde o pequeno produtor ao maior, apresenta seu produto nesse período, pois nessa época uma grande massa de pessoas locais, regionais e até mesmo de outros estados, frequentam a Expoara, daí então eles passam a usar esse espaço como uma vitrine, tal evento ocorre no próprio Sindicato Rural de Araguaína e gera uma renda entorno de 60 milhões de reais, como mostra o site do g1.globo.com do ano de 2019.

3.1 BREVE HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO AGROPECUARIA EM ARAGUAÍNA - TO: ESPECIALIDADES E TECNOLOGIAS

É possível afirmar que desde o início da civilização humana já havia uma constante procura por territórios favoráveis para o desenvolvimento de alimentos em decorrência da luta por sobrevivência, logo, ao adquirirem locais para desenvolver a agricultura e criação de animais para abate.

ARAÚJO, (2005, p. 12) afirma que:

[...] por consequência, sempre exploravam os locais por onde passavam com intuito da obtenção de alimentos, e quando estes locais não ofereciam mais condições, os mesmos buscavam outros espaços no sentido de assegurarem a continuidade do seu bando, o que acabou se tornando uma característica essencial para a própria sobrevivência da espécie.

De forma geral, a partir do momento em que o homem começou a perceber que as plantas poderiam germinar quando lançadas no solo, que os animais podiam ser domesticados: “Esse foi começo da agropecuária e é também o início da fixação do homem a lugares predefinidos” (ARAÚJO, p. 13, 2005). Desde então, o ser humano tem buscado apropriar-se do território no sentido de garantir o desenvolvimento de seu bando e, conseqüentemente, para a produção de múltiplas atividades através da transformação de matérias-primas (GOMES, 1991).

Partindo desse pressuposto, o desenvolvimento das atividades do homem sobre o território é bastante antiga e tem seu respaldo, sobretudo, a partir da prática da atividade da agricultura, com a qual começa a ter maior ligação com a domesticação de plantas e animais. Neste contexto, com o passar dos anos, esse processo vai se

acelerando e modernizando, e o homem começa a buscar o território para a execução de atividades que iam além somente do desenvolvimento do próprio alimento, especialmente, quando a mesma passa a ter ligação com o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, passam a tirar renda por meio da exploração da mão de obra e do processo de produção.

Dessa forma, diversos atores passam a desempenhar tal atividade, pois, além de render lucro, também garantia alto prestígio social, uma vez que a terra se configurava numa das principais formas de riqueza daquele período, bem como, se estabelece atualmente. Desde então, a apropriação do território vai evidenciar também as lutas e resistências travadas entre os diversos atores que buscam no mesmo uma forma de sobreviver e de garantir o desenvolvimento de suas práticas. Segundo Raffestin (1993), o território se estabelece a partir do espaço e revela as distintas relações marcadas pelo poder exercido por diferentes atores. Desta forma, a agricultura vai ganhando força e passa a ter uma significação importante em termos econômicos para o país, especialmente pela disposição de terras que o mesmo apresenta para o desenvolvimento dessa atividade.

Também neste sentido, o território é um espaço de disputa por diversos atores que buscam desenvolver suas ações e se configura como uma “[...] prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.144). Desta forma, os diversos atores se mobilizam nesse espaço e buscam desenvolver suas ações no sentido de conseguir a ocupação e uso do território de forma a projetar um trabalho e assim conseguir maior lucratividade. Em consequência disso, no contexto nacional a região da Amazônia Legal passa a ser disputada pelos diversos atores que buscam materializar suas ações neste espaço, a maioria dos municípios que fazem parte dos estados que formam essa região, desempenham alguma atividade relacionada ao agronegócio.

E em se tratando de agronegócio, o município de Araguaína (TO) sempre apresentou aptidão favorável para tal, ainda mais quando falamos no ramo da pecuária. Essa representação no agronegócio para o município de Araguaína se efetiva, sobretudo devido à prática no município há bastante tempo, e que, com o passar dos anos, tem ganhado forte destaque através dos discursos que seus protagonistas evidenciam, mostrando tal atividade como uma importante fonte para

alavancar a economia local. Corroborando essa ideia, o território segundo Raffestin (1993), é palco de uma série de disputas, e quem age nesse contexto são todos os atores que buscam garantir a posse e hegemonia do espaço. Nessa perspectiva, os sujeitos do fomento da pecuária bovina no município têm buscado ao longo do tempo organizar esse território para desenvolver bem suas atividades, criando uma relação respaldada nas práticas sociais como territorialidade englobada em outras esferas, como a política e a cultura.

Desse modo, faz-se necessário analisar o processo de desenvolvimento das atividades do agronegócio que vêm sendo desempenhadas na região da Amazônia Legal, que no primeiro momento se vincula por uma série de incentivos concedidos para esta finalidade, perpassando ao viés de cultura que o próprio termo agricultura apresenta em sua essência. A agricultura seria uma forma de integrar essa região, no entanto, o desenvolvimento dessa atividade em muitos casos trouxe uma série de resistência e disputas. Percebe-se uma forte predominância do agronegócio nessa região que culmina em disputas por políticas públicas entre diferentes atores, especialmente com relação a duas classes sociais distintas: a classe capitalista (agronegócio) e a classe camponesa (agricultura familiar) (FILHO et al., 2015).

3.2 OS PROGRAMAS QUE BENEFICIARAM O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

Araguaína não conquistou o título de capital do boi gordo atoa, quem conhece ou estar passando nas rodovias desta cidade, não consegue passar despercebido pelas inúmeras fazendas que existem em seu entorno, quilômetros de cercas e uma vasta quantidade de bovinos se destacam por todo percurso, como mostra a Figura 6.

Figura 6 – A região de Araguaína entre pastos, cercas e bovinos



Fonte: www.agroads.com.br/fazenda-em-araguaina-tocantins_

O Tocantins é um estado que muito se destaca quando o assunto se trata do agronegócio, ainda mais quando estar relacionado com a cidade de Araguaína, cidade polo da agropecuária no estado. Sua modernização capitalista se deu em meados do início de século XIX, e com isso, se deu também o processo de modernização da pecuária e introdução de culturas para exportação.

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira a fase de “modernização da agropecuária” acompanha padrões de acumulação capitalista desigual. E em sua percepção, monopoliza a produção, ou seja, “a circulação está dominada pela produção” deixando de lado os pequenos pecuaristas, sendo a agroindústria uma evidência desse processo. “É, portanto, o capital que solda novamente o que ele mesmo separou: 37 pecuária e indústria, cidade e campo. Aqui, o capital sujeita o trabalho que se dá no campo” (OLIVEIRA, 1997, p. 52-54).

Tamás Szmrecsány segue a mesma linha de raciocínio:

[...] é a indústria que industrializa a agricultura, primeiro desintegrando e posteriormente reintegrando suas atividades produtivas. O último estágio dessa integração em novas bases do setor agropecuário é representado pela constituição dos chamados complexos agroindustrial – ou seja, de conjuntos de estabelecimentos agropecuários e industriais em funcionamento interrelacionados e organizadamente subordinados a um determinado centro

de decisão, capaz de coordenar as atividades de todos os demais componentes do sistema (SZMRECSÁNYI, 1997, p. 61).

Isso significou uma conexão funcional dos setores agropecuário e industrial, culminando, para a constituição dos chamados complexos agroindustriais, numa cadeia produtiva que controla a produção desde a matéria-prima até seu consumo final.

Como uma cidade mediadora de acumulação capitalista no que tange o espaço urbano das empresas privadas nacionais e multinacionais que controlam o beneficiamento e a comercialização da produção regional e nacional, Araguaína é dotada de uma infraestrutura econômica urbana e regional.

Neste sentido, Santos (2009, p.56) confirma que “a cidade assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agroindustrial, [...], respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhes respostas cada vez mais imediatas”.

Em um espaço central dessa região, ela cumpre a função de supridora de produtos primários, dos mercados interno e externo; e de comercialização dos insumos, fertilizantes e defensivos da pecuária, além dos serviços de apoio à modernização agropecuária. Portanto, Araguaína desempenha papel, função urbana e regional.

Ao puxarmos o histórico de um período, onde o desenvolvimento rural começou e se deu o início a alguns programas de desenvolvimentos, é possível obtermos o conhecimento de como o governo brasileiro, ainda constituído pela ditadura militar, passou a articular planos de ocupação da Amazônia, e logo os mesmos foram intensificados, tudo isso a partir de 1966, comandados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) . A SUDAM foi criada com objetivo de promover investimentos na região por meio de incentivos financeiros, com deduções tributárias significativas e com apoio do Banco da Amazônia (BASA) disponibilizando empréstimos (BECKER, 1990).

Os projetos agropecuários que passaram a ser implantados, na região de Araguaína, a partir do final da década de 1960, tinham como intuito a valorização do latifúndio da monocultura de pastagens, causador de desmatamentos, estimulador da

concentração da propriedade fundiária de terras por empresas e fazendeiros, não que isso tenha sido seguido concretizado de fato.

Algumas cidades receberam migrantes de todas as áreas de fronteiras, proletarizados pela expropriação de suas terras repassadas para novos proprietários como capital primitivo, os trabalhadores prosseguiram para Amazônia em processo de colonização. Entre elas Araguaína fora transformada em lugar de recepção e de emissão de trabalhadores migrantes, tornados móveis pela atuação combinada do Estado com o capital, um dos motivos pela qual a agropecuária na região se desenvolveu de forma significativa diante da abertura da BR 153.

Araguaína foi o município tocantinense mais beneficiado por ações estatais, podemos observar isso graças ao grande crescimento econômico e aglomeração de população, sendo indicativos de tal acontecimento. A cidade passou a ter um ritmo de crescimento populacional e econômico bastante elevado, que se prolongou nas décadas seguintes.

Um dos programas elaborado foi o Programa de Integração Nacional (PIN) de 1970, que foi criado com intuito de estender e melhorar a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, articulado ao Programa de Distribuição de Terras e Estimulo à Agricultura e Pecuária do Norte e Nordeste (PROTERRA), priorizando as margens das rodovias Transamazônicas (BECKER, 1990).

No Tocantins que ainda era Goiás, o PIN teve como marca o asfaltamento da rodovia Belém-Brasília no início da década de 1970, beneficiando bastante Araguaína, consolidando a cidade como centro regional e estimulando fluxos migratórios (BECKER, 1990).

O norte de Goiás hoje o estado do Tocantins também foi alvo de outros programas, tais como o Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia (Polamazônia) e Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro) estratégias regionais específicas para a pecuária, implantados entre 1975 e 1979. De acordo com Becker (1990, p. 17) “o Polamazônia, além de concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, ele também objetiva a elevação do rebanho e melhoria da infra-estrutura urbana”.

Os programas Polamazônia e Polocentro concentraram recursos e priorizavam infraestrutura econômica em recortes territoriais especialmente selecionados. Nesses investimentos polarizados, de consolidar cidades polos econômicos, ou seja, de concentrar recursos públicos para causar circulação de capital privado na região. Os investimentos maximizam o sistema viário recém instalado, pela construção de estradas entre a grande rodovia e os enclaves essenciais. A partir das cidades regionais a ocupação de novos espaços torna-se atraentes para implantação de capital privado (BECKER, 1982).

Portanto, o que se nota, é o processo de incorporação da Amazônia como fronteira econômica no caso de Araguaína como um município direcionado ao rural, como reprodução de características históricas do agro brasileiro, de incorporar grandes extensões de terras, sem ocupar com uso produtivo toda a extensão, deixando os pequenos agricultores e pecuaristas com uma pequena parte, mas apenas para cultivar e criar.

Em se tratando ainda de programas agropecuários, podemos afirmar que esses programas vão um pouco mais além do que apenas programas de desenvolvimento territorial, eles entram também na parte específica do animal, conforme preconizado os Programas Nacionais de Saúde Animal do Brasil, dos quais são direcionados basicamente para questão de vacinas.

Dentro desses programas até então direcionado ao controle da saúde animal, é possível conhecer além dos seus conceitos, uma legislação específica de proteção e obrigações desses programas. E dentre eles, podemos entender do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa, Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose animal, Programa Nacional de Prevenção e Controle das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, esses são específicos para Bovinos, já o Programa Nacional de Sanidade Avícola irá tratar diretamente de Frangos, o Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos, de Ovelhas e Bodes, no Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, é a parte que cuida diretamente de Cavalos, e o Programa Nacional de Sanidade Suídea, apenas de Porcos (Manual de Legislação – Programas Nacionais de Saúde Animal do Brasil).

No entanto, esses programas não se limitam apenas a esses ao se tratar do controle animal, existe ainda uma diversidade que, como os já citados, podem ser

encontrados com maestria no Manual de legislação: programas nacionais de saúde animal do Brasil.

E em se tratando deste Manual Legislativo, é passível citar uma pequena parte no que diz:

“Art. 27-A. São objetivos de a defesa agropecuária assegurar: I - a sanidade das populações vegetais; II - a saúde dos rebanhos animais III - a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária; IV - a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores. § 1º Na busca do atingimento dos objetivos referidos no caput , o Poder Público desenvolverá, permanentemente, as seguintes atividades: I - vigilância e defesa sanitária vegetal; II - vigilância e defesa sanitária animal; III - inspeção e classificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; IV - inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; V - fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias. § 2º As atividades constantes do parágrafo anterior serão organizadas de forma a garantir o cumprimento das legislações vigentes que tratem da defesa agropecuária e dos compromissos internacionais firmados pela União. ” (Manual de Legislação – Programas Nacionais de Saúde Animal do Brasil, 2009, p. 14)

E ao se tratar de seguir o protocolo de vacinação, o Tocantins não mediu esforços para seguir sempre à risca o mesmo. Araguaína sendo o maior polo pecuarista do Tocantins, sendo até mesmo referência tanto no que diz ao seu rebanho quanto na Indústria e Comercio Agropecuário, para outras cidades e estados.

E sempre com essa primazia, o Tocantins, em 2003 foi declarado como livre de febre aftosa e consequências, podendo ampliar o mercado externo. O mesmo ocorreu em parte do estado do Pará em 2008, estendendo-se a municípios limítrofes à região de Araguaína no início de 2011, possibilitando um alargamento do rebanho abatido e beneficiado para exportação comandada por Araguaína (BRASIL, 2009).

O período de vacinação acontece nos meses de maio e novembro de cada ano, sendo obrigada, no Brasil, a vacinação de bovinos. Essa vacinação não exige um profissional adequado, podendo ser aplicado pelo próprio pecuarista como apresenta a imagem. Figura 7.

Figura 7: Vacinação contra febre aftosa, Brucelose e Tuberculose



Fonte: www.adaf.am.gov.br/vacinacao-contra-febre-aftosa/

3.3 AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA CIDADE BASEADA NA AGROPECUÁRIA

O Tocantins é o estado mais novo do País, tendo um pouco mais de 30 anos, ou seja, há mais de três décadas que ele se emancipou do Sul de Goiás tornando-se Estado. Um fator que faz com se destaque, e por ser multicultural por apresentar variadas e distintas manifestações culturais.

E em se tratando de termos culturais, o Tocantins conta com uma cultura popularmente rica, com manifestações que refletem em seu processo de formação, com festas populares e religiosas que marcam a identidade dos tocantinenses, mas uma das manifestações culturais, que mais se destaca na cidade de Araguaína, são as que giram em torno da agropecuária, tais como a Expoara, com Rodeios, Cavalgada, e vários Shows.

Araguaína é um município que concentra uma intensa atividade econômica voltada para o agronegócio, sendo conhecida além de capital do boi gordo como também potência econômica do Tocantins, por ter uma boa localização geográfica e

forte comércio e prestação de serviços, e de forma indireta essa atividade sustenta os empreendimentos hoteleiros, comerciais, dentre outros.

Desta forma, podemos dizer que as manifestações culturais, além de se destacarem, auxiliam e cooperam para dinamizar a economia de uma localidade, de modo a oferecer um incentivo com atividades e atrações fixas, que se bem organizadas, ajudam de forma positiva para a imagem do destino e apresentam a história e cultura local (BLAS, et. al, 2005).

Em suma, e de acordo com Noémi Marujo (2015), é possível afirmar que as manifestações culturais, em especial, permitem que uma comunidade demonstre e comemore a sua singularidade ou pluralidade, assim como a sua história, a partir das características locais baseadas em uma proposta de valorização local e cultural.

Nessa perspectiva, dadas as contextualizações, os eventos podem ser considerados ferramentas de propaganda, promoção para formar uma base para o desenvolvimento social e turístico de um lugar, mas, para este tipo de processo, é preciso concentrar esforços individuais e coletivos dos envolvidos para que tudo aconteça.

Associar a realização de eventos ao interesse cultural é uma das formas de integrar a cultura local com o mercado de lazer e entretenimento. Nesse sentido, tem-se que os eventos aparecem como acontecimentos relevantes capazes de aquecer a economia local, bem como difundir a cultura, valores, e experiências de uma dada comunidade (BESSA; TEIXEIRA, 2007).

Sendo um dos principais eventos de Agronegócio de Araguaína, a Exposição Agropecuária de Araguaína (EXPOARA), segue sendo um dos maiores eventos da cidade, com sede própria, o evento ocorre durante 10 dias seguidos, sendo um acontecimento expressivo em termos de visitantes e de turistas, bem como quanto ser um evento colaborador para o aquecimento da economia local, no período em que ocorre.

A EXPOARA é realizada pelo Sindicato Rural de Araguaína, com o apoio de alguns produtores rurais e ocorre no Parque de Exposição Dair José Lourenço, a Exposição Agropecuária conta com várias manifestações culturais que enriquecem ainda mais o evento, entre elas destacam-se: a fazendinha cheiro de roça

(demonstração da rotina de quem mora no meio rural) – recebe, inclusive, caravanas das escolas do município; escolha da garota Expoara; leilões (boi, cavalos, animais com melhoramento genético); parque de diversão; fora os serviços complementares destinados para satisfação dos residentes, visitantes e turistas, que é composto por barracas de alimentação, bares, postinho de saúde, entre outros.

E para que aconteça a realização da Expoara, o SRA (Sindicato Rural de Araguaína) conta com a parceria do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), UFT (Universidade Federal do Tocantins), Prefeitura de Araguaína, Governo Federal, Banco da Amazônia, Patrulha Rural do 2º BPM (Batalhão da Polícia Militar) e Ruraltins.

Com mais de meio século de tradição, a Exposição Agropecuária de Araguaína (Expoara) movimentada em torno de R\$ 60 a 70 milhões todo ano, como consta na página do Sindicato. Cerca de 120 mil pessoas passam pelo parque de exposições, pois além das exposições de grande porte, ou seja, de empresas e animais, no local pode ser encontrado estabelecimentos de diversão, alimentação, parques infantis e shows. A exposição também chega a gerar cerca de dois mil empregos diretos, fora os indiretos.

Já os rodeios, é outra demonstração forte de manifestação cultural na região de Araguaína, que acontecem dentro de parques e exposições agropecuárias. Eles passaram a ter alto grau de autonomia, sendo promovidos por grandes empresas de eventos, que contratam profissionais especializados, sob a forma de prestação de serviços: proprietários de estruturas metálicas para montagem de arquibancadas, bretes, tropeiros; locutores; equipes de som e luz, quando não há estrutura fixas; seguranças; auxiliares de bretes e muitos outros. Encontra-se, portanto, constituído um mercado que garantem a existência dos rodeios atuais, que têm um formato empresarial e moderno.

Nos últimos anos os rodeios, indiscutivelmente, passaram a ser grandes eventos que buscavam uma unidade entre esporte e festa, ganhando cada vez mais espaços, sendo uma das principais atrações da Expoara, e exigindo cada vez mais, uma maior profissionalização nesses dois níveis: na consolidação da prática esportiva e na organização da festa. Entretanto, a estruturação do lado esportivo das festas de rodeio tem sido, de fato, o processo mais laborioso.

Outro grande destaque é a Cavalgada de Araguaína, que é nada menos que um grande desfile com cavaleiros e amazonas em cavalos e bois, com suas vestes características (camisa xadrez, chapéu e botas). Esse evento representa a força do campo, e a importância que o agronegócio tem no Estado do Tocantins. Geralmente o desfile acontece no primeiro domingo da EXPOARA no mês de junho, e conta com várias comitivas, tanto de Araguaína quanto de cidades vizinhas. Um dia depois da cavalgada é realizada algumas premiações para os destaques: organização, uniforme, cavaleiro idoso, cavaleiro mirim, berranteiro. É a representação dos costumes e tradições do povo desta localidade envolvidas no agro.

A Cavalgada de Araguaína (Figura 8), apontada como a maior do mundo, teve sua última apresentação no ano de 2019, último ano de sua realização devido a pandemia, e o evento reuniu 57 comitivas com cerca de 5.700 animais, e foi prestigiada por cerca de 100 mil pessoas, que acompanharam o desfile pelas ruas de Araguaína, como relata a Folha do Bico, assegura o site do G1/TO, do dia 09 de junho de 2019. Esse desfile acontece normalmente pelas principais avenidas de Araguaína: Avenida Bernardo Sayão; Avenida Cônego João Lima; Filadélfia; finalizando no Parque de Exposição.

Figura 8: Cavalgada de Araguaína



Fonte: www.folhadobico.com.br/cavalgada-de-araguaína-to

“Esta cavalgada é uma manifestação cultural e representa a força pujante do campo, impulsionando o agronegócio da Região Norte do Estado”, expressou o secretário da Agricultura e Pecuária, Jaime Café.

É impressionante como a cada ano, as pessoas querem cada vez mais participar da cavalgada de Araguaína, devido a mesma chamar tanto a atenção da população durante seu acontecimento, e isso para o Estado chega a ser bastante beneficente, pois o lucro que gera em torno deste evento chega a suprir muito suas expectativas. Outra grande manifestação cultural, talvez até sendo a que mais gera economia para o Estado e Araguaína, em se tratando de eventos, e que na maioria das vezes tem envolvimento com o agronegócio, são os shows diretos. Quase sempre sendo show de sertanejo e organizado por empresários do ramo.

Esses shows chegam a ser um dos motivos mais fortes que levam a grande concentração de pessoas no período da Expoara, sendo eles uma das principais atrações do evento.

3.4 OS IMPACTOS AMBIENTAIS COM A EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO ARAGUAÍNA E OS CONFLITOS SOCIOECONÔMICOS

A região de Araguaína, sob vários aspectos, é um espaço bastante seletivo da pecuária. Em termos dos estabelecimentos agropecuários a cada dez hectares, sete são ocupados por pastagens. O avassalador desmatamento, de pouco mais de meio século, transformou em pastagens, cerrados e áreas de florestas. 70% da terra estão ocupados por pastos e apenas 25% das áreas são reservadas para matas, florestas e cerrados naturais ou destinadas à preservação permanente ou reserva legal; menos que 2% dos estabelecimentos agropecuários são destinados a lavouras permanentes e temporárias; (IBGE – Censo Agropecuário 2006)

Com aumento da produção e exportação da carne bovina consolidou-se a exploração indiscriminada dos solos e promovendo a devastação progressiva de grandes áreas de cerrado, solo predominante no Tocantins.

E a partir dos anos de 1960 a substituição do cerrado por pastagens já era evidente em pesquisas:

[...] em nenhum trecho das secções central e Sul da Belém-Brasília, pode-se observar o cerrado guardando sua fisionomia natural, sem apresentar sinais de queima. Como o manto rasteiro de gramíneas seca totalmente no final da estiagem, costumam os criadores tocarem fogo no cerrado, antes das primeiras chuvas, a fim de fazer brotar pastos tenros (VALVERDE; DIAS, 1967, p. 182).

Ainda conforme Oliveira (2002) “a implantação da pecuária de corte na Amazônia é responsável direta pela devastação florestal da região” (OLIVEIRA, 2002, p. 97) A queimada contínua de pastos, prática amplamente utilizada por pequenos, médios e até grandes pecuaristas, entre os meses de setembro e outubro, podem ser responsáveis pelo empobrecimento dos solos, como informa o Governo Estadual.

Segundo o biólogo e ativista Sérgio Greif (2018) em uma matéria no site www.svb.org.br, ele relata que como o Brasil possui o maior rebanho comercial do mundo, constituído por mais de 200 milhões de cabeças de gado, precisa de uma pastagem de, pelo menos, dois milhões de km². Essa área corresponde a um quarto do Brasil e originalmente era formada por paisagens naturais, como florestas tropicais e cerrados.

Partindo então para a premissa do desmatamento, sabemos que ela é uma prática muito comum para a realização da agropecuária, chegando a ser quase impossível de dizer que uma não estar ligada a outra. Portanto, essa retirada da cobertura vegetal provoca a redução da biodiversidade, extinção de espécies animais e vegetais, desertificação, erosão, redução dos nutrientes do solo, contribui para o aquecimento global, entre outros danos.

Já com questão as queimadas, ele é um método muito utilizado para a retirada da vegetação original (Figura 9), intensificam a poluição atmosférica, além de reduzem os nutrientes do solo, sendo necessário usar uma quantidade maior de produtos químicos, fertilizantes e agrotóxicos, durante o cultivo de determinados plantios, sejam para pastagem quanto para agricultura, fato que provoca a poluição do solo.

Figura 9: Queima de solo para pastagem



<https://conexaoto.com.br/prefeitura-de-araguaina-intensifica-fiscalizacao-ambiental-contra-queimadas>

Dentre os muitos impactos ambientais decorrente da pecuária, não podemos de deixar de citar que ela também se encontra como a principal causa da extinção de espécies, poluição da água e destruição de habitats. Ela contribui para a extinção de espécies de muitas maneiras. Além da destruição do habitat, causado pelo desmatamento, deve ser citado a consequência na mudança de hábitos dos animais, predadores naturais, que perdem seus ciclos naturais de alimentação, que estão justamente nas áreas desmatadas, e decorrentes disso, essas espécies de “concorrências” são caçadas por causa de uma ameaça ao gado e aos lucros que eles proporcionam.

Mas os impactos ambientais não se limitam apenas em desmatamentos e queimadas, na produção de culturas para alimentação animal, como já citado, existe também um uso disseminado de pesticidas, herbicidas e fertilizantes químicos, que interferem nos sistemas de reprodução dos animais e na saúde do consumidor final, e isso leva além do impacto da pecuária sobre as alterações climáticas, um esgotamento global das espécies e recursos naturais.

Portanto, o crescimento da pecuária em cada região, é responsável em grande parte pelo desmatamento, queimada e contaminação do solo e suas consequências negativas, por exemplo, quase 80% da área do cerrado desmatado são pastos. Portanto, a expansão da pecuária em cada região deveria considerar seus impactos ambientais e ecológicos.

3.5 A IMPORTANCIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA E A QUESTÃO DAS ATIVIDADES NO CAMPO.

Ao se tratar do ensino de geografia, vale ressaltar que estamos falando de um assunto que estar envolvido desde as séries iniciais do ensino fundamental e que na atualidade podemos afirmar que essa temática é uma tarefa que requer cuidados e acima de tudo, responsabilidades, pelos rumos que esse ramo da educação básica está se tomando.

Voltando num contexto histórico, a Valeria Marques (2008), aborda que, o ensino de geografia no Brasil foi fortemente influenciado pela reforma Capanema, e isso ocorreu no ano de 1946, e que passou a ser responsável pela inserção desse ensino no currículo oficial no país, e desde então com o aprofundamento das discussões, a reestruturação curricular da educação e o ensino de geografia foram ao encontro das necessidades de assimilação de conhecimentos úteis para a vida em sociedade.

Podemos notar e até mesmo afirmar que o ensino de geografia é muito além de preparar o aluno desde as séries iniciais a séries seguintes, é fazer com que ele entenda que ele precisa, além de tudo, reconhecer na geografia os vários aspectos da sociedade humana, como sua dinâmica, cultura, tradições e as constantes transformações que vem sofrendo o espaço geográfico ao longo da história.

Segundo o autor, Oliveira:

A geografia, como as demais ciências que fazem parte do currículo de 1º e 2º graus, procura desenvolver no aluno a capacidade de observar, analisar, interpretar e pensar criticamente a realidade, tendo em vista a sua transformação. (OLIVEIRA, 2010, p. 141)

Como futuros educadores, temos um papel muito importante, que é fazer com que o aluno seja um pesquisador de seus próprios conhecimentos, pois sabemos que o estudo da geografia vai além da teoria de uma sala de aula, seria então viável, além das paredes, realizar uma pesquisa de campo, fazer uma prévia dos elementos que constituem a pesquisa e o espaço geográfico onde os alunos irão pesquisar para uma melhor fundamentação do trabalho e de preferência algo que tenha haver com a realidade dos mesmos.

Se analisarmos, podemos notar que o ensino de geografia, na atualidade, tem-se voltado para uma nova realidade onde o aluno deve interpretar o que lhe é ensinado para melhor compreender o que passa a sua volta, ou seja, o lugar que ele ocupa dentro do contexto geográfico, e sua relação com as demais áreas do conhecimento.

Além de tudo, a geografia vem se especializando também em estudar realidades presentes no espaço geográfico dos alunos, como Santos (2010, p.22) relata, “[...] a geografia é uma ciência ligada à vida e, portanto, ligada ao cotidiano do aluno.” Nessa perspectiva, vale muito ressaltar que seria bastante significativo colocar as crianças diante do mundo a ser decifrado, vemos uma pesquisa de campo para que ele possa fazer uma leitura mais aprofundada das paisagens e, como já citado, é através dela que poderemos identificar os sistemas naturais, culturais e a relação que existe entre essas categorias.

E já com relação aos professores, vale também destacar que com o desenvolvimento do tempo e ao que se trata nas didáticas de ensino, as aulas de geografia, existem alguns, para não falar todos, professores que estão em um processo de estagnação, a falta um de treinamento, de aprimoramento, de incentivos para que possam inovar suas aulas com diversos recursos disponibilizados na escola, muito influi para não mudar esse contexto. Pois sabemos ao que se refere às novas tecnologias, podem tornar as aulas dinâmicas, deixando de lado aquela geografia tradicional, onde o aluno nada mais é do que apenas um receptor de informação da qual ele talvez nem venha utilizar apropriadamente o que adquiriu em uma sala de aula.

Um exemplo é o que as autoras Nunes e Rivas destacam:

O professor necessita transpor a mera instrução conceitual/técnica e tornar-se mediador do fluxo incessante de informações e de novas tecnologias e, para

isso, deve possuir algum conhecimento sobre o uso didático desses aparatos tecnológicos – a atualização deve ser constante e continua porque requer certa intimidade com as ferramentas. (NUNES & RIVAS, 2009, P. 10)

Vejamos, o ensino de geografia deve deixar de ser simplesmente descritiva ou uma mera enumeração de dados e citação de nomes que não atende aos anseios desses alunos e também dos professores. Por isso, é pertinente rever, no ensino da geografia, alguns entraves para que isso possa ser mudado, acredito eu, que vale eliminar dos programas os assuntos que pouco têm contribuído na compreensão dos conceitos básicos e partir para o estudo que estimule a participação ativa e comprometida dos alunos, como no caso das aulas a campo, para o estímulo do aluno com a realidade não mostrando só aquilo que se perpassa nos livros.

É importante que se seja incitado ao aluno a indagar o porquê das coisas para que o mesmo não se conforme com a simples situação dos fatos, mas partir para uma análise criteriosa com uma visão mais crítica.

Uma boa forma de realização de aulas práticas para a interação do aluno é a recomendação de colocar os alunos em situação de trabalho, seja individualmente ou em grupo. Outra proposta seria levar o aluno diretamente ao campo, tomando como ponto de partida o conhecimento prévio, alimentado pela teoria e reforçando com a observação direta da realidade na prática.

Se observarmos, o trabalho de campo tem-se revelado um bom instrumento de aula e pesquisa, além de despertar a atenção dos alunos, com isso, podendo alcançar um bom resultado. Além do mais, ela é uma atividade que contribui para estreitar a relação dos alunos entre si e com os professores, os conduzindo a praticar atitudes necessárias que, além de assimilar e compreender melhor os conteúdos específicos podem influir na modificação de atitude e formação da personalidade que mais tarde poderá servir para a vida social e profissional.

E para firmar toda essa especulação, assim dizendo, Mao, apud Oliveira (1985), reforça que a teoria depende da prática e a teoria fundamenta-se sobre a prática e por sua vez serve a prática.

E ao concluir sobre essas diversas formas de ensino de geografia, vale muito, ressaltar que apesar de fazermos diversas colocações no que tange o ensino da

geografia, ainda mais se colocamos num meio mais resumido, ou seja, digamos apenas de Araguaína, será que todas as escolas da rede pública, possuem ou possuiriam realmente recursos, tecnologias para ampliar o conhecimento desses alunos? E os professores sabem ou saberiam manusear esses recursos em suas aulas? São essas inquietações que muitas das vezes ficamos em dúvida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a agricultura e a agropecuária têm motivado cada vez mais debates em relação ao seu processo de desenvolvimento, especialmente no que se refere às grandes transformações provocadas no território. Os impactos apresentados pelo acelerado crescimento do agronegócio são bem visíveis e tem provocado um elevado número de conflitos no uso e ocupação em grandes áreas, e Araguaína não fica fora disso. Dessa forma, como grande destaque do agronegócio, a pecuária tem apresentado desde muito tempo como uma importante atividade para o processo de ocupação do território, bem como para a aquisição de grandes faixas de terras.

E nesse sentido, esse trabalho teve como foco analisar o processo de territorialização do agronegócio, da agricultura e principalmente da pecuária em Araguaína, a partir do poder aquisitivo atribuído ao mercado bovino, bem como através dos discursos da elite pecuarista que fora se instalando no município e em sua microrregião.

A justificativa pela escolha de analisar o processo de desenvolvimento do agronegócio neste município se deve pelo fato de ser taxado como a capital do boi gordo e também devido à questão simbólica atribuída à pecuária no município e em sua microrregião, bem como, através de um importante evento realizado pelo sindicato rural, a EXPOARA, que busca fazer uma integração entre o campo e a cidade. Todavia, como o processo de territorialização do agronegócio e da pecuária é muito amplo, ao longo da construção deste trabalho, buscamos compreender seus desdobramentos e a partir de algumas questões importantes, constatamos e entendemos as heterogeneidades e traços comuns no processo de territorialização do agronegócio; o papel do Estado no que se refere ao desenvolvimento da pecuária no município e sua relação com o meio ambiente, o comércio por trás do agronegócio, e o poder simbólico por trás da pecuária como força de interação com a identidade e a cultura no município.

Também ficou claro, que ao se tratar de ensino de geografia, existe uma carência muito grande no incentivo de aulas e pesquisa de campo, que por muitas vezes, ainda é apenas atribuído às escolas o uso apenas da lousa ou do livro didático.

Um grande déficit nas inovações das metodologias dos professores, tão qual a falta de aprimoramento e capacitações para os mesmos, pois a forma de ensino assim como o tempo, vem mudando e necessitando de adequações.

Portanto, repensar a prática docente no processo de ensino-aprendizagem é uma tarefa difícil, mas, jamais impossível. Pois, diga-se de passagem, que o educador é o ponto de partida na alfabetização dos alunos, principalmente nos primeiros ciclos de formação onde o aluno nesse momento está, pela primeira vez, em contato com o mundo de informações que o cerca, ou seja, começando a sua vida escolar.

Assim, podemos concluir que o agronegócio no Brasil, se sobrepõe sobre a territorialização do capital, e isso se dar ao aumento dos fluxos migratórios, as influências do retorno econômico dos grandes produtores rurais e a introdução de uma nova variável agrícola e pecuarista no mercado trabalhista. E em tese, podemos dizer que o agronegócio vê o meio ambiente como uma mercadoria a ser apropriada, um espaço de produção e da reprodução ampliada do capital que está conectada com os mercados exógenos, fato que não isenta o Tocantins, e principalmente Araguaína desse meio, ainda mais se for na perspectiva da análise crítica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, G. **O Polocentro e o Desenvolvimento do Centro-Oeste**. Brasília, DF. 1999

ALHO, Cleber; MARTINS, Eduardo. **De grão em grão, o cerrado perde espaço**. Brasília: WWF, 1995

ARAUJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 2 eds. Atlas. 2005

BECKER, Bertha K. **Política Regional e Mobilidade Populacional numa Fronteira de Recursos do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.41, out/ dez 1979.

BLAS, Xulio. (2006). **Importância da celebração de eventos Culturais para o Turismo do Minho-Lima: um estudo de caso**. Revista Portuguesa de Estudos Regionais. Recuperado

BRASIL. Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974. Disponível em [acessado em 30/11/2021]

BRASIL. **Manual de legislação: programas nacionais de saúde animal do Brasil**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Saúde Animal. Brasília. 2009.

BRASIL. **Manual técnico: Programa nacional de controle e erradicação da brucelose e tuberculose**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Saúde Animal. Brasília-DF, 2006.

CAMACHO, R.S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2014.

CAREGANTO, Lucas Henrique. **Agricultura de Precisão: Técnicas Inovadoras no Agronegócio**. Revista Scientia Alpha. Em: revista.alfaumuarama.edu.br

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Editora Gaya. 1962

COSTA, Delismar Palmeira. **O ESPAÇO DO AGRONEGOCIO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA: Territorialização do capital e apropriação econômica das manifestações culturais**. Araguaína: UFT, 2016. (TCC).

CUNHA, A. S.; MUELLER, C. C. **Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. 2 v. Brasília, IPEA, 1994.

DAL SOGLIO, Fabio. **Agronegócio e Sustentabilidade**. Porto Alegre – RS. Ed. UFRGS. 2009

DIAS, Reges Sodré. **As Atividades do Agronegócio em Araguaína: entre espacialidades urbanas e novas/velhas desigualdades sociais**. Araguaína: UFT, 2014. (TCC). Disponível: <https://www.svb.org.br/home/205-vegetarianismo/saude/artigos/17-vegetarianismo-e-conserva-ambiental> Acesso: 18 de janeiro de 2022

Empregos, salários e impacto social da carne bovina. 2019. Disponível em <http://www.rallydapecuaria.com.br/node/1647>

FELÍCIO, M. J. **Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão**. Geografia - v. 15, n. 1, jan. /jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. Trad. Maria Betariz Miranda Lima. São Paulo: Debates, 1980.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Olivia Bauduh. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARQUELLI, Rodrigo. **O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro**. Brasília, DF. 2003

MARUJO, Noémi. (2015). **O contributo do turismo de ventos para o desenvolvimento turístico de uma região**. Universidade de Évora/IGOT-CEG, Portugal.

MENDES, PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003

MARQUES, Valéria. **Reflexão sobre o ensino de geografia nas séries iniciais do ensino fundamental**. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA, 1. Rio Claro, SP, 2008. Anais do Rio Claro, SP, 2008.

NUNES, Camila Xavier; RIVAS, Carmen Lúcia F. R. Novas linguagens e práticas interativas no Ensino da Geografia. In: Encontro de geógrafos de América Latina "caminhando en una América Latina en transformación, 12. Montevideo, Uruguay, 2009. Disponível em:
http://egal2009.easyplanners.info/area03/3107_Figueredo_Razoni_Rivas_Carmen_Lucia.pdf

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 9. Ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: Monopólio, expropriação e conflitos**. 4 ed. Campinas-SP: Papyrus, 1993.

OLIVEIRA, A. U.de. **"Na prática a teoria é outra" para a teoria na prática não pode e não deve ser outra**. Seleção de Textos, São Paulo, 1985

PIRES, Mauro Oliveira. **PROGRAMAS AGRÍCOLAS NA OCUPAÇÃO DO CERRADO**. Sociedade e Cultura, vol. 3, núm. 1-2, enero-diciembre, 2000, Universidade Federal de Goiás Goiania, Brasil

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. 1 ed. Ática. 1993

SANTOS, Lilia Maria Souza. **Tecnologia na escola**. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/~edc287/edc2871999/liliamaria.htm>. Acesso em 03/02/2022

SERRA, Leticia Silva. **Revolução Verde: reflexão acerca da questão dos agrotóxicos**. REVISTA DO CEDS. N. 4 – V.1 – jan/jul. 2016. Disponível em: www.undb.edu.br/ceds/revistadoceds

SILVA, Andre Eduardo Ribeiro. **Territorialidade e Redes da Migração Maranhense**. Curitiba – PA. Ed. CRV. 2016

SILVA, Ligia Osorio. **Terras Devolutas e Latifúndios**. São Paulo. Editora Unicamp. 2008.

SILVA, Roberto Antero da. **AGROPECUÁRIA DE ARAGUAÍNA-TO E NOVAS CENTRALIDADES**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Fortaleza, 2012.

SILVEIRA, Fátima Rotundo de. **A recriação capitalista do campesinato** (Os camponeses na região de Presidente Prudente). 1990. Tese (doutorado em Geografia) FFLCH/USP. São Paulo, 1990.

SUDAM. **(Superintendência do desenvolvimento da Amazônia)**. Legislação. Disponível em http://www.ada.gov.br/index.php?Itemid=83&id=114&option=com_content&task=view [acessado em 22/12/2021]

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997

VALVERDE, Orlando. DIAS, Catharina. **A Rodovia Belém-Brasília**: estudo de geografia regional. Rio de Janeiro. Ed. IBGE. 1967